

DEMOCRACIA NA PERSPECTIVA DA FUNÇÃO AUDITORIA SERÁ O TEMA DA REVISTA ACHADOS DE AUDITORIA Nº 10

Prezados (as),

Como saber em que ponto estamos da trajetória humana? Essa ainda parece ser a grande e difícil questão na agenda do mundo ocidental quando se fala em democracia. Especialmente agravada pela relação entre a ainda presente experiência pandêmica mundial e os referenciais históricos mais recentes que inspiraram projetos como a Constituição Brasileira de 1988. Uma espécie de síntese entre a polarização mundial, caracterizada pelo simbolismo da queda do muro de Berlim. Naquilo que alguns autores, como Fukuyama, anunciaram como sendo o fim da história, no sentido de encerramento dos processos históricos de mudanças e o coroamento do capitalismo e a democracia burguesa.

Será mesmo?

Como encaixar nessa visão a disputa geopolítica entre Estados Unidos e China? E as próprias desigualdades socioeconômicas mundo afora, naturalizadas no debate público e que foram agravadas com a Covid-19? Sem falar em projetos autoritários e nacionalistas que colocaram o fascismo em debate. E a guerra da Ucrânia, suscitando considerações de uma terceira guerra mundial? Não esquecendo das peculiaridades do Brasil: elas permitem identificar o fim da história, com cenas cotidianas e estatísticas alarmantes sobre racismo, feminicídio, dentre outras violências?

Ainda que essas questões amplas, mais de fundo, possam parecer distantes ou turvadas no cotidiano, elas determinam diretamente a atuação de auditoras e auditores. Senão vejamos.

Sendo a democracia o fator que orienta o Estado de Direito no ocidente, a atuação dos Tribunais de Contas também se movimenta a partir desse projeto. Tal atuação, por sua vez, tem como parte estruturante a função auditoria. Mais propriamente, o trabalho de

auditoras e auditores. É a noção de democracia que influenciará a agenda de políticas públicas controladas e fiscalizadas. Se vai haver ou não política pública de educação, saúde, desenvolvimento econômico, inclusão social de minorias, dentre outras. Tudo isso decorre da conjuntura em que a noção de democracia está de fato presente, não apenas na letra fria da lei.

Daí a questão, para onde caminha a democracia? Onde ela está? Importa saber por diversos aspectos, dentre eles, estabelecer com clareza o espaço da atuação de auditores e auditoras no Estado de direito.

Pode-se partir de um referencial clássico, para que o conceito de democracia não fique totalmente aberto. A ideia de um Estado de direito, tomado como parte de um contrato social, ainda se orienta pela expressão de uma vontade geral, na definição de Rousseau em “O Contrato Social”. Segundo o autor, essa vontade geral não se confunde com a vontade da maioria ou de todos. A soma numérica de vontades particulares não significa o uso da razão, a história revela isso de forma muito clara, seja com a experiência do holocausto ou, atualmente, com o extermínio de minorias políticas (população negra, mulheres, indígenas, comunidades LGBTQIA+). Daí a democracia ter esse caráter aberto, exigindo constantemente a ressignificação dessa vontade geral.

Na 8ª edição da Revista Achados de Auditoria, naquele longínquo 2018, ao considerarmos como um ano pré-pandêmico, o tema da democracia foi abordado na relação com as políticas públicas: aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer. À época, o mundo já acompanhava com muita preocupação o surgimento de lideranças autoritárias no Ocidente, apoiadas pelas redes sociais, fake news, negação da ciência e os riscos para a democracia. Arrefecido o pico da pandemia, a questão volta a se impor de forma muito mais complexa no atual contexto, em um aparente impasse sobre em que lugar(es) da trajetória democrática estaríamos.

Há aqueles que interpretam a conjuntura como uma turbulência, mas seguiríamos com êxito na visão fukuyanista: capitalismo e democracia burguesa são suficientes. Já outros enxergam a morte da democracia como inexorável e a ascensão de um capitalismo autoritário e hostil pautando a atuação do Estado, exigindo radicalismo humanitário e resistência por parte da sociedade. Também há aqueles que entendem estarmos em uma grande transição da ordem mundial, um mundo velho que já não responde aos anseios da

sociedade e outro novo que ainda não se estabeleceu totalmente, visão mais comum entre marxistas. O embate geopolítico entre EUA e China representariam essa posição, e a nova noção da democracia seria uma variável dependente dele. Outros, ainda, entendem que essa conjuntura tida como autoritária, não raro referida como fascista, seria uma medida necessária (ainda que indigesta) para manter uma certa ordem (ainda que lastreada mais por crenças), onde a prosperidade da elite transbordará para toda a sociedade. Uma espécie de elitismo democrático, na visão de autores como Gaetano Mosca. O fato é que há diferentes lugares que a democracia pode estar, e a partir de cada um deles nasce uma concepção de Estado e políticas públicas que devem (ou deveriam) se submeter ao controle e fiscalização. Essa multiplicidade de olhares sobre a democracia também afeta a visão que cada auditor(a) tem sobre seu trabalho.

Nessa 10ª edição entendeu-se que não poderíamos deixar de enfrentar esse debate. Mais do que isso, deveríamos contribuir para ele a partir do olhar peculiar de nossa categoria. Justamente pela compreensão de que somos sujeitos e não objetos dessa realidade, por mais nublada que ela possa parecer. Assim, fazemos essa chamada aos(às) colegas para encaminharem artigos relacionados com tema da democracia e a relação com a auditoria. No intuito de auxiliar na delimitação do assunto, elencamos alguns eixos temáticos, sem prejuízo que abordagens mais genéricas sejam igualmente acolhidas.

Também encorajamos os(as) colegas a se arrisquem a tratar o tema a partir das transversalidades que caracterizam nosso país e estado. Mais precisamente os marcadores de gênero e raça. Aqueles(as) que se sentirem habilitados(as) inclusive para aportar epistemologias e autores(as) do pensamento ocidental ao sul da linha do Equador, trazendo paradigmas adicionais à visão eurocêntrica e estadunidense, são muito bem-vindos (as)! O objetivo é justamente incorporar a pluralidade de olhares que a palavra democracia inspira. Finalmente, deixamos alguns eixos temáticos para balizar a escolha dos(as) autores(as).

- 1) A manutenção e a ampliação da democratização do acesso à saúde;
- 2) A universalização e a melhoria da qualidade da educação;
- 3) A ampliação das políticas de Assistência Social e de inclusão social;

- 4) Os desafios da segurança pública, das polícias e da cidadania;
- 5) Os limites entre ajuste fiscal e desenvolvimento social;
- 6) O acesso à infraestrutura (desde o saneamento básico e até a inclusão digital);
- 7) As novas tecnologias e o mundo do trabalho; e finalmente
- 8) A relação das diferentes concepções de democracia e as tentativas de implantá-las e a convivência com a opção de democracia da Constituição Federal de 88 (especialmente em seus arts. 1º ao 4º onde estão consagrados os princípios fundamentais da República Brasileira).

COMO PARTICIPAR

Prazo até 31 de julho/2022 e tamanho do artigo 3500 caracteres (com espaços) por folha. Mandar foto e dados pessoais para identificação para o e-mail: ceape.imprensa@gmail.com/.